

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****5ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009889-25.2015.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Mandato**
 Autor: **M. M. Trauzzi Ltda.**
 Réu: **Guilherme Pereira Ortega Boschi e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

M.M. TRAUZZI LTDA, ajuizou a presente ação de prestação de contas contra **MARCELO CRISTIANO DA SILVA SIQUEIRA-ME, MARCELO CRISTIANO DA SILVA SIQUEIRA** e **GUILHERME PEREIRA ORTEGA BOSCHI**. Alega, em síntese, que em junho de 2015, a autora, representada pela sócia Márcia Maria Santana da Silva, firmou e outorgou poderes aos requeridos, através de contrato de cessão de direitos e deveres e procuração pública, respectivamente, para fins de que fosse representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, nos limites dos poderes naqueles descritos. Afirma que na data de 28 de julho de 2015 a procuração foi regularmente revogada; que os requeridos negligenciaram o gerenciamento da empresa, vez que deixaram de apresentar prestação de contas justificadas de sua administração, inviabilizando a apuração de lucros e prejuízos a serem repartidos. Em razão disso, requer a presente prestação de contas na forma dos pedidos deduzidos na petição inicial e emenda (fls. 01/18 e 45/46). Juntou documentos (fls. 19/41).

O último requerido, devidamente citado, contestou o feito a fls. 79/83, sustentando, em linhas gerais, que a prestação de contas da empresa do mês de junho de 2015 foi feita no escritório atual da requerente, Sra. Marcia; e que não recebeu via do contrato de cessão de direitos apontado na inicial. Pede pela improcedência da ação.

Os demais requeridos também apresentaram contestação a fls. 125/127, suscitando, preliminarmente, ilegitimidade passiva da pessoa física Marcelo e, no mérito, alegam que o contrato de cessão de direitos elaborado nunca se personificou, vez que além ausência da entrega pela autora do acesso às contas mencionadas no contrato, a empresa Marcelo Cristiano da Silva Siqueira - ME não recebeu qualquer valor decorrente do mesmo. Pleiteiam pela improcedência do feito.

Réplica a fls. 141/143.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
5ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Novos documentos foram juntados aos autos pelo último réu (fls. 150/160, 162/167, 172/188 e 190/205), sobre os quais a autora se manifestou a fls. 170 e 208.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

A princípio, os documentos apresentados não comprovam a debilidade financeira alegada pelos primeiros requeridos, a justificar a concessão do benefício pleiteado. Assim sendo, indefiro a gratuidade da justiça.

A hipótese é de julgamento antecipado da lide, pois desnecessária, nesta primeira fase do procedimento de prestação de contas (contas exigidas), dilação probatória.

A preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo segundo réu deve ser acolhida, vez que, além do contrato de cessão de direitos e deveres ter sido firmado entre a autora e o primeiro réu, tão somente, este estava representado pelo seu procurador público, terceiro requerido (fls. 35/41), de modo que a legitimidade deve ser configurada confrontando-se as partes da relação processual com a relação litigiosa da qual integrou, razão pela qual não há que se manter o segundo réu, pessoa física, no polo passivo da lide.

Quanto ao mérito, o pedido é procedente.

Com efeito, o procedimento da ação de prestação de contas se divide em duas fases bem distintas: na primeira, cabe analisar o direito da autora à obtenção das contas; sendo positiva a conclusão, inicia-se a etapa seguinte, em que se examina o conteúdo da conta fornecida, apurando-se eventual saldo em favor do credor ou devedor, dada a natureza dúplice da ação.

No presente caso, a ação se encontra ainda na primeira fase, devendo a presente decisão versar apenas sobre a existência do dever de prestação de contas pelos requeridos.

Os elementos trazidos aos autos comprovam que a autora concedeu procuração ao terceiro requerido (fls. 25/28), posteriormente revogada (fls. 29/30), para fins de ser representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, nos limites dos poderes nela expostas, bem como firmou contrato de cessão de direitos sobre pessoa jurídica com a primeira ré, também sob a representação daquele (fls. 25/41). Assim, os réus se enquadram na hipótese legal de sujeitos que têm o dever de prestar contas, ante a existência de relação jurídica firmada entre as partes na gerência de interesses alheios.

Ou seja, o interessado na prestação de contas é a parte que não sabe em quanto importa seu crédito ou débito líquido, nascido em virtude de vínculo legal ou


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
5ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

negocial gerado pela administração de bens ou interesses alheios, levado a efeito por um em favor do outro (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, In Código de Processo Civil, 10ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, pág. 1162). Condição esta indispensável à específica tutela jurisdicional ora invocada.

Consoante anota Misael Montenegro Filho: “*Como toda e qualquer demanda judicial, a ação de prestação de contas reclama a apresentação de uma petição inicial, que deverá preencher os requisitos gerais do art. 282 do CPC. Além deles, como requisito específico, o autor da ação em estudo deve demonstrar que o réu se encontra obrigado a prestar as contas, em face de disposição legal ou contratual, sob pena de indeferimento da inicial, por manifesta ausência de interesse de agir, matéria que é de ordem pública, autorizando pronunciamento de ofício do magistrado.*” (2 Montenegro Filho, Misael. In Curso de Direito Processual Civil, 3.ª ed., São Paulo: Atlas, 2007, pg. 272)

Coo se vê, os réus receberam valores que, a princípio, pertencem a terceiros (a autora). Nessa qualidade, têm o dever jurídico de prestar contas das verbas correlatas.

Quanto aos documentos e extratos juntados pelo último requerido, em que pese discriminarem créditos e débitos, de fato, não são claros acerca de sua procedência e havendo dúvida acerca de eventuais lançamentos efetuados em favor da autora, cabem aos requeridos esclarecerem na forma da prestação de contas que se pleiteia (de 25/05/2015 a 28/07/2015 – fls. 31 e 32), cujo período não restou impugnado especificamente pelos mesmos.

Ante o exposto, com relação ao réu MARCELO CRISTIANO DA SILVA SIQUEIRA, julgo **EXTINTO** o feito, sem julgamento de mérito, por ilegitimidade passiva, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Por conta disso, condeno a autora ao pagamento, em favor daquele, das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 85, § 8.º, do CPC.

Com relação aos demais réus, julgo **PROCEDENTE** o pedido inicial e determino que os réus prestem as contas devidas (25/05/2015 a 28/07/2015), referente à empresa autora, sob a forma mercantil, instruídas com os documentos justificativos, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de não lhes ser lícito impugnar as contas que eventualmente venham a ser apresentadas pela autora (art. 550, § 5.º, CPC).

As contas devem ser elaboradas na forma adequada, especificando-se as receitas e aplicação de despesas, bem como o respectivo saldo, se o caso, e deverão ser instruídas com os documentos justificativos (art. 551, do CPC).

Apresentadas as contas, terá a autora o prazo de quinze dias úteis

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****5ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

para se manifestar a respeito delas. Caso não sejam apresentadas as contas no prazo fixado, deverá apresentá-las a requerente, também no prazo de quinze dias úteis. Sem prejuízo, incumbirá a autora apresentar, no mesmo prazo, a comunicação acerca dos dados financeiros de acesso às contas narradas no contrato de cessão de direitos de pessoa jurídica (fls. 35/41), mediante comprovação documental idônea.

Condeno os réus Marcelo Cristiano da Silva Siqueira - ME e Guilherme Pereira Ortega Boschi, solidariamente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 85, 8.º, do CPC.

Os requeridos deverão recolher o valor devido à CPA, no prazo de 15 dias, sob as penas da lei.

P.I.

Araraquara, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**